



ATA DA REUNIÃO DO CONDEMA

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente 22 de setembro de 2020

Estiveram reunidos os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, em videoconferência, cuja gravação encontra-se arquivada na Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, em sessão ordinária realizada no dia 22 de setembro de 2020, às 17h. Participantes da reunião: Dorothea Monteiro, Marcio Megda, Cid Camargo, Hélio Júnior, Adriana de Oliveira, Joyce da Silva, Lissandra Constantino, Ana Lucia Ambrosin, Walter Winckler, Larissa Pizzi, Renata Moretto, Sandra Bredariol, Fabiano Perrone e convidados Pedro Carvalho e Alcides Trevine. Foram abordados os seguintes assuntos:

- 1. Aprovação da ata da reunião anterior:** aprovada por unanimidade a ata de 17 de agosto de 2020.
- 2. Saldo do Fundo Municipal de Meio Ambiente** – Saldo atual de R\$ 282.417,80 (Duzentos e Oitenta e Dois Mil, Quatrocentos e Dezessete Reais e Oitenta Centavos), contando com o valor de R\$ 9.382,43 creditado referente a multas ambientais. Cujo montante já conta com várias destinações aprovadas no valor aproximado de R\$ 234.884,46. Segue detalhamento abaixo:
 - R\$ 14.600,00 – Pagamento da manutenção de 5 mil árvores nas cabeceiras do Ribeirão Jacaré;
 - R\$ 50.000,00 – Castração de animais;
 - R\$ 5.000,00 – Análise de água do Ribeirão Jacaré;
 - R\$ 40.284,46 – Reforma parcial do Viveiro Municipal de Mudanças para Educação Ambiental;
 - R\$ 125.000,00 – Novo plantio de 5 mil árvores nas cabeceiras do Ribeirão Jacaré (valor recorrente de multa ambiental da empresa COVOLAN).Além do pagamento mensal no valor de R\$ 8.000,00 para a Associação Mata Ciliar, pelos serviços prestados de recebimento, triagem e/ou tratamento e reabilitação de animais silvestres resgatadas em nosso município pela GM Ambiental. Portanto, resta um saldo disponível de aproximadamente R\$ 47.533,34.
- 3. Apresentação dos resultados dos recursos do MVA** - a Presidente deste Conselho e Secretária de Meio Ambiente e Agricultura Eng. Agr. Dorothea Monteiro relatou, um a um, os temas cujas pontuações recebidas foram objetos de recurso, indicando as correções que foram feitas pelo órgão julgador, as quais culminaram na 6ª colocação para o nosso Município, que, portanto, passou da 19ª colocação para a 6ª colocação. A Secretaria ressaltou que tal premiação somente foi possível diante do grande empenho da equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura que, com afinco, implementou inúmeras ações de defesa e promoção do meio ambiente sustentável na nossa cidade, assim, para muito além da colocação, ficam as ações concretizadas e o reconhecimento do esforço conjunto dos técnicos municipais, e o agradecimento pelo apoio dos Conselheiros.

4. Reforma parcial do Viveiro Municipal de Mudas – a Secretária lembrou que conforme mencionado na última reunião do CONDEMA, as obras estão em andamento e, realmente, foi confirmada a necessidade de aditamento do contrato pactuado para prever a construção dos sanitários, com todas as adequações voltadas para a acessibilidade, de forma a atender a futura utilização do espaço para novas práticas, como o espaço educador, com a realização de visitas e cursos, e, auferiu-se o custo de R\$ 26.353,86. Assim, foi colocada em votação a complementação do referido custeio com recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente e aprovado por unanimidade pelos membros do CONDEMA. Em seguida, antes da apresentação final da capacitação sobre o Código Florestal e CAR, pelos técnicos Pedro Carvalho e Alcides Trevine, a Secretária abordou os seguintes assuntos:

Perimetral – informou que o documento elaborado pelo Biólogo Pedro Carvalho da SMAA, consistente no levantamento minucioso em relação à licença expedida para a implantação da Perimetral e as recomendações do CONDEMA e da SMAA, já noticiado em reuniões anteriores e que foi remetido à CETESB, está em análise pela equipe técnica do órgão estadual e a PMI segue acompanhando frequentemente o seu andamento, por meio da Presidente Dorothéa e de seu Assessor Marcio Megda.

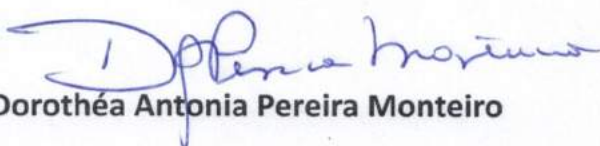
Barragem seca – foi lembrado que o custeio do projeto respectivo pelo FMMA foi aprovado pelos membros do CONDEMA em junho de 2017, inclusive, recordou que desde a concepção do Parque da Juventude, em 2005, uma das suas mais importantes finalidades foi e continua a ser o de contenção de cheias, exatamente por isso, aliás, de um lado foram plantadas tantas árvores no local, e, de outro, verificou-se pouquíssima impermeabilização. Assim, foi contratado e elaborado o projeto, decorrente de inúmeros estudos técnicos, levando-se em conta as alternativas técnicas locais, e, o projeto respectivo foi devidamente apresentado em janeiro do corrente ano à CETESB de São Paulo (DAIA) e Agência de Paulínia e DAEE de Campinas para diretrizes acerca do licenciamento. Definiu-se que parte do licenciamento é do próprio Município e parte da CETESB Paulínia, em função da Deliberação CONSEMA 01/2018. Em 9 de março de 2020, o projeto final foi apresentado e aprovado pelo CONDEMA, e, também à população, inclusive com a realização de audiência pública respectiva. As intervenções em APP foram todas licenciadas e devidamente objetos de TCRA, cujas compensações estão acontecendo. Quanto a fauna, há um levantamento de 2018 e todos os dispositivos de segurança foram previstos, como passagens de fauna e redutores de velocidade. Ademais sabe-se que não há no local espécies catalogadas como em extinção, bem como, que o local de intervenção da barragem não compreende área de dormitório, mas, sim de passagem. É importante, também, conscientizar a população acerca do fato de que não se deve alimentar animais silvestres para que eles fiquem efetivamente afastados das áreas urbanas. Ainda, foram feitas várias varreduras de fauna durante a supressão de vegetação no local. Sabe-se que Itatiba, desde 1993, faz um trabalho para além do atendimento à legislação e a ação da barragem é uma obra de utilidade pública com viés socioambiental, já que se destina a proteger a vida das pessoas, impedindo os episódios de inundação. A Prefeitura, portanto, tem todo o respaldo técnico em relação à importância da obra e a sua execução e contará com adequado monitoramento. Não houve qualquer ocorrência de atropelamento até a presente data. No momento a fase é de transição com a implantação das passagens e demais itens de segurança. Por fim, mencionou que Itatiba possui uma vasta área florestal, cujo banco de áreas foi ainda mais beneficiado com o novo regramento previsto no Plano Diretor desde 2018, que impõe que as compensações sejam feitas no nosso território e não na sub-bacia hidrográfica, que é extensa

Foi aberto espaço para questionamentos ou dúvidas aos participantes da reunião e não houve nenhuma manifestação por parte dos Conselheiros.

Por fim, foi retomado o item principal da pauta:

Capacitação dos Conselheiros sobre o “Código Florestal” – Primeiramente foi apresentado pelo Biólogo Pedro Carvalho o histórico legal da legislação ambiental no Brasil, passando pelos Códigos de 1934, 1965 e por fim o novo Código Florestal de 2012. Posteriormente, foram elucidados os principais pontos do código, sendo eles: definição das APPs, anistia, instituição da Reserva Legal e criação do CAR (Cadastro Ambiental Rural). O Técnico Agrícola Alcides Trevine participou explicando o histórico da implantação do CAR no município de Itatiba e a expectativa para os próximos anos. Por fim, foi apresentada a importância do Código Florestal para embasar políticas ambientais no país e também as maneiras como ele é aplicado em Itatiba. Ao final da exposição todos os conselheiros ressaltaram a importância do tema e parabenizaram os expositores.

Sem mais, a reunião foi encerrada as 18h45, e eu, Lissandra Rela Constantino, redigi e subscrevo a presente ata, juntamente com a Presidente deste Conselho, Dorothea Antonia Pereira Monteiro.


Dorothea Antonia Pereira Monteiro


Lissandra Rela Constantino

